Poder Judiciário da União
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

CGGPESSOAS
Comitê de Governança e Gestão de Pessoas

ATA 4/2021/CGGPESSOAS_100015

Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, às dezessete horas, por videoconferência na plataforma TEAMS, iniciou-se a Terceira Reunião Ordinária do ano de 2021 do Comitê de Governança e Gestão de Pessoas do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - CGGP. Presentes os membros do Comitê designados pela Portaria GPR N. 1239/2020, posteriormente alterada pela Portaria GPR 1605/2020, citados a seguir:

Nome	Área	E-mail
Juíza Caroline Santos Lima	Núcleos Virtuais de Mediação e Conciliação - NUVIMEC	caroline.lima@tjdft.jus.br
Juiz Jayder Ramos de Araújo	10ª Vara Cível de Brasília	jayder.araujo@tjdft.jus.br
Juiz Fernando Brandini Barbagalo	7ª Vara Criminal de Brasília	fernando.barbagalo@tjdft.jus.br
Juiz Carlos Alberto Martins Filho	3ª Turma Recursal	carlos.alberto@tjdft.jus.br
Juiz Eduardo Henrique Rosas	1ª Vara de Execução de Títulos Extrajudiciais e Conflitos Arbitrais de Brasília	eduardo.henrique@tjdft.jus.br
Juíza Débora Cristina Santos Calaço	1ª Vara Cível de Taguatinga	debora.calaco@tjdft.jus.br
Luciana Essinger Toledo Varella	Secretaria de Gestão de Pessoas – SEGP	luciana.varella@tjdft.jus.br
Lídia Maria Borges de Moura	Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão Estratégica - SEPG	lidia.borges@tjdft.jus.br
Luana Pimenta de Andrada	Coordenadoria de Ensino à Distância e Novas Tecnologias - COEDI	luana.andrada@tjdft.jus.br
Sônia Maria Cardoso e Silva Soares	Posto de Serviço de Saúde de Sobradinho - PSSOB	sonia.soares@tjdft.jus.br
Aline Pereira Neves Silveira	Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão Estratégica - SEPG	aline.neves@tjdft.jus.br
Bauer Sancler Alves Vale	Núcleo de Produção e Gestão de Impressos de Pequena Tiragem - NUPET	bauer.vale@tjdft.jus.br
Simone Fernanda Cosenza	Núcleo de Inclusão, Acessibilidade e Sustentabilidade - NUICS	simone.fernandes@tjdft.jus.br
Marcela Monteiro Bittencourt	Coordenadoria de Planejamento e Promoção da Saúde - COPLAS	marcella.bittencourt@tjdft.jus.br
Beatriz Medeiros Martins	Secretaria de Gestão de Pessoas - SEGP	beatriz.martins@tjdft.jus.br

Viviane Martins Pereira Cardell	Secretaria de Gestão de Pessoas - SEGP	viviane.cardell@tjdft.jus.br

A Presidente do Comitê de Governança e Gestão de Pessoas - CGGP, Juíza Caroline Santos Lima iniciou a reunião dar as boas vindas à Juíza Débora Cristina Santos Calaço, representante da Associação dos Magistrados do Distrito Federal e dos Territórios - AMAGIS/DF, que está preenchendo um espaço sem representantes, completando o quórum do Comitê. Prosseguiu, dizendo que a Juíza Débora podia ficar muito à vontade nesse comitê, comentando que este era o comitê mais participativo, mais amplo do TJDFT. Informou que eram publicadas algumas questões na página da equipe do TEAMS, para troca de ideias, encaminhamento de sugestões, compartilhamento de documentos. Informou que o perfil do CGGP no Teams tem bastante material, sendo também possível encontrar as atas, os atos normativos que regem os trabalhos deste Comitê, e que, para se inteirar de tudo era possível dar uma navegada nessa página, para tirar muitas dúvidas que porventura pudessem existir.

A Juíza Débora agradeceu a receptividade.

A Juíza Caroline apresentou o primeiro assunto a ser tratado na reunião, que seria a discussão sobre o teletrabalho de magistrados, uma vez que o tribunal avançou no teletrabalho dos servidores, mencionando que, se o Juiz Jayder Ramos de Araújo quisesse expor qual era o estágio atual de implementação, seria interessante saber o percentual de adesão, como está sendo a receptividade dos gestores e dos servidores. Aduziu que referido assunto veio à pauta de maneira informal, por meio de consultas, ligações, por e-mails de diversos colegas e dos servidores, questionando a possibilidade de regulamentação do teletrabalho dos magistrados também, e, por isso, foi colocado em pauta. Esclareceu que anteriormente já houve a ponderação de que todos os membros do Comitê que se sentissem motivados, encaminhassem sugestões, dúvidas, modelos de outros tribunais com que já se tivessem deparado, assim como experiências passadas, experiências de outros colegas, se quisessem, poderiam encaminhá-los ao Comitê. Reafirmou que esse era o fórum adequado para discutir de maneira participativa, e começar a formar um entendimento do TJDFT acerca desse tema. Recordou que já havia sido mencionado que esse assunto estava em discussão pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, onde já existe um pedido de providências em tramitação que parou agora, porque venceu o mandato do Relator, não havendo um novo relator, mas que essa discussão já existe nas associações, além do que a Juíza Débora também poderia trazer a posição da AMAGIS com relação ao tema. Reiterou que o CGGP continua aberto a sugestões, e que no momento o que se faria de concreto, seria criar um grupo de estudo, fora das reuniões do Comitê, como um subgrupo temático, destinado à discussão desse assunto com um pouco mais de profundidade. Afirmou a intenção de já deixar franqueada, a todos magistrados que integrassem este Comitê e que se sentissem motivados, a participação desse grupo de estudos, bastando que colocassem no chat seu nome e telefone para contato, para formar esse grupo de estudo. Aduziu que alguns magistrados de fora do CGGP também manifestaram interesse em participar, seja porque têm material, seja porque já participaram de discussões em outros espaços. Comunicou que, uma vez finalizados os trabalhos desse grupo de estudo, as conclusões seriam trazidas a este Comitê para que fosse dada ciência de tudo que foi estudado. Além disso, propôs a quem quisesse fazer alguma sugestão ou encaminhar algum dado, que tudo fosse reunido, a fim de que se definisse qual seria o encaminhamento que o CGGP daria ao resultado desse estudo. Questionou se alguém teria alguma dúvida, alguma ponderação sobre o tema, comentando que este é um tema bastante sensível, e que, quanto mais participação efetiva houvesse, mais democráticas seriam as soluções.

O Juiz Eduardo Henrique Rosas pediu a palavra para avisar que conseguiu entrar na reunião pelo celular, já que seu computador estava funcionando terrivelmente. Mandou um abraço a todos do Tribunal, comemorando a excelência e o Selo-Diamante conquistado por três vezes seguidas. Parabenizou a todos.

A Juíza Caroline agradeceu, retomando a pauta, para solicitar ao Juiz Jayder que trouxesse um panorama geral de como estava a adesão dos servidores ao teletrabalho, para que se pudesse ter uma ideia do pé em que se encontrava naquele dia, 6 de dezembro, a implementação da Resolução que trata do teletrabalho dos servidores.

O Juiz Jayder, então, perguntou à Secretária de Gestão de Pessoas, Luciana Essinger Toledo Varella, se ela tinha esse número, informando ainda que o Secretário Especial da Presidência Edvaldo Santos Guimarães Júnior o havia colocado a par do último número no início da semana passada, dia 30 de novembro, e que acreditava que o número de acordos de teletrabalho devia ter subido. Ponderou que a adesão já havia sido bem expressiva, e contava com novas adesões, tendo em vista que o regime extraordinário havia sido mantido, e que as pessoas ainda podiam fazer acordos até seu final. Informou que surgiu uma série de questionamentos, dúvidas, mas que agora a Casa começava a se familiarizar com o novo modelo. Disse ainda que houve muita dúvida sobre essa questão do retorno do dia 7 de janeiro, mas que mais uma etapa havia sido vencida. Informou que a equipe da Secretária de Planejamento, Governança e Gestão Estratégica - SEPG, Sra. Lídia Maria Borges de Moura estava coordenando essas etapas da retomada, e não era ainda o momento de extinção do regime extraordinário, e que, diante do recuo que o país fazia, com o cancelamento de festas de final de ano e Carnaval, acreditava que o Tribunal havia tomado a decisão mais sensata, dentro do contexto. Disse que agora eram aguardados os desdobramentos, para verificação de condições, e que o ponto mais relevante era a retomada do acesso do público aos edifícios do Tribunal, considerando que isso praticamente retornaria o Tribunal a um funcionamento muito próximo do que seria seu funcionamento em um contexto pós-pandemia.

A Juíza Caroline, opinou que uma noção geral já era suficiente, já que esta era uma realidade que estava em fase de implementação. Considerou que a maioria das dúvidas havia sido esclarecida por meio dos canais de informações disponibilizados. Comentou que o teletrabalho era uma ideia que realmente havia saído do papel, e que já estava servindo de exemplo para várias outras instituições também. Mencionou comentários de várias pessoas acerca de um novo normal, apesar de sua relutância e crença inicial que isso passaria, e que a vida iria voltar a ser exatamente como era antes, naquele mesmo ponto de partida. Mencionou o pronunciamento do Primeiro-Ministro da França, dizendo que, por enquanto, eles somente recomendavam, mas que depois eles imporiam que as empresas estabelecessem o regime de teletrabalho, sem prazo, para que esta fosse uma realidade de todas as empresas que continuassem recebendo benefícios e subvenções, que estabelecessem, no mínimo 2 a 3 dias na semana de teletrabalho. Destacou que isso, no caso da França, se aplicava a empresas privadas, sem nem falar do serviço público, concluindo que já se vislumbrava um novo modelo de teletrabalho, porque aquele o conhecido há 20 anos já não era o modelo em que se trabalharia daqui para a frente. Ponderou, contudo, que era necessário aguardar o desenrolar dos fatos.

A Secretária de Gestão de Pessoas Luciana, informou ao Juiz Jayder que havia pedido os dados acerca dos acordos de teletrabalho ao Gestor da Assessoria de soluções em Sistemas Administrativos da Secretaria-Geral - ASIS Tiago Flach, e que os traria até o final da reunião, ao que o Juiz Jayder agradeceu.

A Juíza Caroline questionou, quanto ao teletrabalho, se alguém ainda queria fazer o uso da palavra ou se alguém tinha alguma dúvida sobre o estágio em que se encontrava o teletrabalho dos servidores, ou sobre a criação do grupo de estudos sobre o teletrabalho de magistrados. Não havendo manifestação, opinou que poderia passar ao próximo ponto da pauta, que dizia respeito aos últimos processos que foram encaminhadas ao CGGP, dentre os quais, um que já havia chegado, e outro que tinha passado por uma outra área, e que depois viria, que diziam respeito à reestruturação das funções. Informou que ambos os PAs ficariam disponíveis na Caixa do CGGP no SEI durante algum tempo, para que todos tivessem acesso, eventualmente ler os documentos, fazer as ponderações que quisessem, para que realmente pudessem participar, e aí os encaminhamentos ocorressem. Assinalou que já deixava esse assunto como o principal assunto da próxima reunião, e que, por isso era importante que todos lessem esses PAs. Solicitou à Secretária de Gestão de Pessoas Luciana que apresentasse eventuais esclarecimentos.

A Secretária Luciana ratificou que os dois processos se tratavam de solicitação, por parte da primeira instância, de revisão da estrutura de funções das unidades. Informou que houve um encaminhamento ao CGGP, para que se fizesse um estudo sobre essa estrutura. Informou que esse funcionamento seria pensado com o suporte da área técnica, e deu a palavra ao Juiz Jayder, no sentido de que informasse sua expectativa em relação a esse trabalho.

O Juiz Jayder comunicou que a opção pelo encaminhamento deste PA à área técnica se deu, tendo em vista o alcance dessa matéria, que tanto afetaria a vida dos servidores, quanto os magistrados. Detalhou que os PAs

traziam duas propostas com semelhanças e diferenças, ambas no sentido de modificar a estrutura de Funções Comissionadas - FC das Varas. Comentou que no Gabinete da Presidência houve uma preocupação no sentido de que, no Tribunal hoje há uma estrutura padronizada, e que isso poderia gerar repercussões, inclusive, na área de Gestão de Pessoas, sendo necessário que se fizesse um questionamento quanto à possibilidade de que estruturas de funções para o mesmo cargo fossem diferentes. Externou sua preocupação com essa questão, porque a proposta consisitia em unificar uma FC-01 com uma FC-05, criando-se uma estrutura para a vara que ainda não existe, que seria uma FC-06, para que o 1º Grau se tornasse um pouco mais atrativo. Registrou também que a outra proposta era de que se extinguisse a FC-01 e se criasse uma estrutura com uma FC-04 nas varas. Concluiu que estas eram propostas que mudavam a estrutura básica, ponderando que seu entendimento era de que deveria haver alguma uniformidade, já que não era possível um Oficial de Gabinete em uma vara receber uma FC-05, enquanto que na outra vara receberia uma FC-06. Opinou que isso criaria mais um tumulto, do que um aprimoramento da estrutura de Funções, ressaltando que esta era sua opinião pessoal, mas que o debate precisava ser amplo, até para que prevalecesse uma ideia de consenso dentro do novo contexto, com as devidas justificativas. Explicou que nos PAs a justificativa formulada pelos juízes que fizeram as propostas era de que a FC-01, que se chama hoje de Executante, perdia um pouco a razão de ser, tendo em vista a evolução e a transformação digital, que exigia que essas gratificações fossem melhor direcionadas a quem está nas varas, envolvido no processo decisório, auxiliando os magistrados. Aduziu que este era um debate que suscitaria posições inclusive divergentes, motivo pelo qual foi apresentado a um Comitê mais amplo. Comentou que o PA havia sido encaminhado à AMAGIS, que deu manifestação favorável, mas ponderou que são várias as propostas, e várias as implicações, e que a proposta de um dos magistrados era de que cada juiz tivesse autonomia de fazer essas modificações, ideia com a qual particularmente não concordava.

O Juiz Carlos Alberto Martins Filho pediu a palavra para informar que já acompanhava o PA mais antigo, desde que assumiu a diretoria da AMAGIS, e que a Juíza Débora também o fazia, sendo que ele acompanhava semanalmente todos PAs envolvendo a AMAGIS na área administrativa. Ponderou que a manifestação favorável da AMAGIS se deu na gestão anterior, e que não havia levado esse tema ao Presidente, nem à própria Diretoria da AMAGIS, porque via que somente agora chegou o momento de se estar fazendo um estudo, o qual preferia aguardar. Por fim, questionou acerca desse estudo à Secretária de Gestão de Pessoas Luciana, que, aquiescendo, afirmou ser esta sua sugestão: de que se fizesse uma instrução inicial.

O Juiz Carlos concordou, comentando ter visto que exsitia outro PA mais recente, e questionando o fato de a própria AMAGIS se manifestar, já que seu entendimento pessoal era de que a Associação não deveria ter-se manifestado, com todo o respeito à gestão anterior, seja favoravelmente ou contrariamente, porque isso, sem sombra de dúvidas, geraria um conflito de interesses entre associados. Reiterou, com as devidas vênias, seu posicionamento pessoal quanto à Resolução que estabeleceu o teletrabalho para os servidores, opinando que o Tribunal deveria ter estabelecido um padrão mínimo e uniforme para todas as unidades, justificando que isso levaria a uma concorrência entre as unidades judiciárias. Comentou que isso já estava ocorrendo: juízes que adotavam um percentual elevado de trabalho presencial, numa concorrência com uma outra unidade, ficavam numa situação desfavorável. Considerou que essa alteração levaria a essa divergência: em uma vara haveria um Oficial de Gabinete com uma Função diferente da vara ao lado, e o servidor buscaria esta a vara ao lado, diante da concorrência. Ponderou que, a princípio, isso deveria ser definido pela Administração com uniformidade, pelo menos nas unidades que têm a mesma característica, discorrendo que era bem complicado ter varas da mesma natureza, ou gabinetes de 2º grau da mesma natureza com Funções diferentes, porque isso acarretaria uma espécie de um leilão entre unidades judiciárias. Prosseguiu, reafirmando sua opinião de que primeiro, antes de a AMAGIS até pautar esse assunto na Diretoria, esta deveria aguardar os órgãos técnicos do Tribunal se manifestarem, primeiro, se a AMAGIS de fato deveria se manifestar, e, segundo, em que sentido. Discorreu que esse magistrado que fez o pedido por meio desse PA pode estar pensando na unidade judiciária dele, mas não pensa a nível macro, sendo que a Associação deveria fazê-lo para poder manifestar-se. Reiterou que considerava preocupante esse procedimento levando em conta manifestação prévia da AMAGIS, já que a questão é bem importante, e pode gerar reflexos no futuro. Lembrou que há também um aspecto sobre o qual não sabia: se a Consultoria Jurídica de Pessoal - CJP se manifestaria, ponderando um risco de demandas judiciais, diante da percepção de FCs diferentes para, por exemplo, Oficiais de Gabinete que fizessem a mesma coisa. Informou que essas demandas haviam

chegado à AMAGIS na sua gestão, mas que ele as havia barrado logo de início.

A Secretária Luciana informou que a CJP hoje faz parte da Secretaria de Gestão de Pessoas - SEGP, e que certamente sua manifestação era importante para embasar o entendimento.

A Juíza Caroline, então, passou a palavra ao servidor Bauer Sancler Alves Vale, que corroborou a manifestação do Juiz Carlos, informando que viu esse PA, uma solicitação do Juiz da 2ª Vara Criminal para fazer essa alteração das Funções, está relacionado aos cartórios. Questionou se o pedido valeria para todos os demais cartórios, justificando o recente Reorg na área administrativa que já mexeu com isso. Destacou que hoje existe Supervisor FC-04 e Supervisor FC-05, mas que não sabia se isso poderia ser feito na área-fim, e que ficava essa dúvida, que o assunto de fato era bem polêmico.

A Juíza Caroline agradeceu a contribuição, passando a palavra à Juíza Débora. Esta informou que não acrescentaria muito, mas somente reforçaria que esse assunto nunca havia sido discutido na Diretoria da AMAGIS. Comentou que isso nunca foi levado de nenhuma forma para ser debatido entre os demais diretores, e que não sabia também se seria o caso de se fazer um levantamento com os associados, para estes se manifestarem de qualquer forma sobre esse assunto. Concordou com o Juiz Carlos que, sem uma análise profunda, a impressão que tinha era a de que haveria conflitos de interesses, mas ponderou que este era um assunto a ser pensado, para ser discutido internamente na Associação, para que se fosse formando convicção, sem prejuízo da análise mais profunda após o relatório técnico.

A Juíza Caroline, retomou, informando que,de qualquer maneira este seria o encaminhamento, e que esta era a primeira notícia que ela gostaria que os membros soubessem, assim que o PA tivesse chegado ao Comitê. Destacou que o PA chegou ao CGGP na última sexta-feira, que seria feito seu encaminhamento, que seu acesso estava disponível no SEI, e que este voltaria, para esse estudo mais aprofundado. Ponderou, a propósito, que o TJDFT possui unidades judiciárias completamente diferentes, exemplificando a diferença das atribuições de um Secretário de Audiência de uma Vara de Violência Doméstica, e as do Secretário de Audiência de uma Vara de Falências. Concluiu, opinando que a área técnica precisaria equacionar isso com bastante cuidado, porque as atribuições já são bastante diferentes, dependendo da matéria.

O Juiz Carlos pediu a palavra para fazer um adendo, opinando que sempre ocorreu, ssa questão quanto ao atrativo das unidades, sejam administrativas, sejam judiciárias. Justificou que, infelizmente as FCs estão muito baixas, e que não é apenas o aspecto financeiro que conta, principalmente quando se fala das FCs 01 a 03. Opinou que, quanto mais se voltar a um regime de trabalho presencial mais atrativo em relação ao teletrabalho, melhor seria, porque às vezes muito servidor prefere um teletrabalho por uma situação peculiar, ao invés de simplesmente ter a diferenciação de função.

A Juíza Caroline questionou se alguém gostaria de se pronunciar sobre o tema. Afirmou que essas informações eram importantes e seriam bem úteis para a apreciação do assunto. Lembrou que, ao final, a reunião trataria do clima organizacional, e que isso sem dúvida influenciava a questão do ambiente de trabalho, de o servidor trabalhar de forma satisfatória e satisfeito com o ambiente de trabalho. Opinou que isso é às vezes mais importante, lembrando que já foi servidora também, e que sabia o quanto isso pesava no final das contas. Reforçou que o encaminhamento desses PAs seria nesse sentido, e que eles estavam disponíveis para consulta, e eles seriam encaminhados para que se fizesse esse estudo mais técnico, retornando, para que o Comitê deliberasse sobre os próximos andamentos. Encerrou, informando que tudo seria feito com muita participação de todos, como sempre. A seguir, trouxe o próximo assunto da pauta, o item 4, que dizia respeito às conclusões dos Índices que o TCU já tornou público. Pediu à Secretária de Gestão de Pessoas Luciana que esclarecesse o tema, tendo em vista que os índices já existiam , mas que eles agora foram apresentados já contemplando matérias de modificações que foram feitas neste Tribunal, e que isso era bastante importante e tinha reflexos sobre o trabalho do CGGP.

A Secretária Luciana, explicou que na última reunião do Comitê haviam sido apresentados os cálculos prévios do IGG e do IGest Pessoas, índices sobre práticas e políticas que o TCU vinha acompanhando em todos os órgãos do Judiciário. Agora, porém, o resultado era definitivo, acompanhado de forma individual para as áreas, e trabalhado junto à a equipe técnica. Informou que este indicador era um grande direcionador para

práticas e políticas que estivessem sendo contempladas e implementadas. Esclareceu que esse indicador já estava conectado com um próximo assunto, que era o Planejamento Estratégico, que passa por uma fase de revisão e desdobramento para o Planejamento de Gestão de Pessoas, e que nesse momento leva em consideração vários insumos: um deles são esses indicadores do TCU; outro, o Planejamento Estratégico que foi construído também de forma participativa anteriormente, onde foram priorizadas as bases de evolução da Política de Gestão de Pessoas. Informou que estes também são considerados insumos de toda a Casa, que foi envolvida, fazendo com que o Planejamento Estratégico Institucional trouxesse um compilado de pedidos e sugestões para a área de Gestão de Pessoas. Opinou que tem sido bastante interessante conhecer a visão de todos, desses indicadores do TCU, de tudo mais, para compor essa nova etapa que se inicia a partir do ano que vem, para um novo Plano de Gestão de Pessoas, no contexto de um Plano Estratégico construído em continuidade, que revê todo o material passado. A Secretária lembrou que isso tem sido feito com a coordenação da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão Estratégica - SEPG e com toda a Equipe de Apoio, que são as áreas técnicas que compõem a Gestão de Pessoas, e que a equipe se encontra em um momento de produção, sendo que, logo no início do ano esse material será apresentado para a validação do Comitê.

A Juíza Caroline esclareceu que, além desse reconhecimento do CNJ de nosso Tribunal como um tribunal de excelência, nós tivemos o reconhecimento do TCU, com relação à Gestão de Pessoas, materializado em índices extremamente favoráveis. Parabenizou a Secretária Luciana e toda a equipe de Gestão de Pessoas, porque isso vinha coroar um trabalho feito ao longo dos últimos anos. Destacou que, em matéria de Gestão de Pessoas, o Tribunal está alicerçado nas melhores práticas, e agora recebeu um reconhecimento por meio de índices extremamente elevados do Tribunal de Contas, com um encerramento de ano de maneira muito satisfatória. Informou que esse material, que é um levantamento bem minucioso do TCU, está disponível na nossa página do SEI, com todos os elementos, e subsidiará o Plano Estratégico de Gestão de Pessoas, ressaltando que existe o Plano do Tribunal como um todo, e o Plano direcionado à Gestão de Pessoas.

A Secretária de Gestão de Pessoas explicou que hoje a Gestão de Pessoas envolve a Escola de Formação Judiciária - EFJ, a Secretaria de Saúde - SESA e o Núcleo de Inclusão, Acessibilidade e Sustentabilidade - NUICS. Comentou que esse tem sido um movimento bem interessante, para repensar a direção a se tomar daqui para a frente. Agradeceu o elogio, em nome de toda a equipe, de forma ampla, de Gestão de Pessoas, que tem buscado esse alinhamento, e que tem encontrado na Resolução CNJ 240/2016 objetivos comuns para estar trabalhando. Informou que a Resolução CNJ 240/2016 traz exatamente o que ganhamos no TCU, por que é um trabalho de anos, desde a instituição do CGGP, quando a Resolução CNJ 240/2016 estabeleceu. Lembrou que há uma trilha de revisão desses planos, uma trilha de trabalho de toda essa equipe técnica que deve ser ressaltado, porque era fundamental para trazer todos esses resultados de forma mais simples para a Casa, de forma mais útil, e representando um grande ganho. Observou que o TCU reconhece nosso modelo, como tantas outras práticas boas que já temos no Tribunal que vêm sendo desenvolvidas, e que precisam do apoio do Comitê para se concretizar. Concluiu que é isso o que se pretende trazer no ano que vem, com mais clareza, para o Comitê, de uma forma mais trabalhada, com dados para subsidiar a tomada de novas decisões.

A Juíza passou a palavra ao servidor Victor Abreu da Silva, gestor substituto da SEPG, para complementar as informações.

O servidor Victor cumprimentou a todos e ressaltou que a Secretária Luciana já havia feito uma boa apresentação do que é o Plano Estratégico de Gestão de Pessoas. Reforçou que esse é um trabalho que vem sendo desenvolvido há algum tempo, e que o primeiro Plano Estratégico de Gestão de Pessoas foi o último, de 2015 a 2020, que na verdade foi finalizado em 2018, foi um plano preparatório. Comentou que se conseguiu evoluir muito com aquele plano e, tecnicamente, falando pela SEPG, o que se podia dizer era que o próximo será um instrumento muito mais maduro do que o anterior, com resultados que tendem a ser ainda melhores. Observou que, levando em consideração o que já se evoluiu no Índice do último Plano para esse agora, a tendência é que se melhore ainda mais o próximo Índice, para a próxima mensuração do TCU.

A Juíza Caroline cogitou que seria até importante divulgar na Intranet essas informaçõe de reconhecimento do Tribunal de Contas também, porque todos estavam aplaudindo o CNJ, mas esse reconhecimento do TCU é

uma parte administrativa que, apesar de muito específica, também diz muito sobre o último assunto que seria tratado na reunião, que era o Clima Organizacional. Prosseguiu, informando que gostaria de dar um especial enfoque a esse tema, porque se fossem avaliados os atos normativos do CGGP, seria possível dizer que o CGGP é o guardião do Clima Organizacional. Explicou que está entre as funções primordiais deste Comitê zelar pelo Clima Organizacional, assim como o STF é o guardião da Constituição. Ressaltou que o questionário da Pesquisa de Clima já estava disponível na Intranet, perguntando à Secretária de Gestão de Pessoas Luciana qual era o prazo para seu preenchimento. Asseverou que era muito importante que cada um dos membros repercutisse e replicasse a pesquisa nas suas equipes, no seu ambiente de trabalho, com seus colegas, para que se respondesse o questionário, porque isso é muito importante, até para pautar as próximas ações do Tribunal, assim como as discussões neste Comitê também. Ponderou que a pesquisa às vezes poderia demorar um pouco para ser respondida, mas que o resultado era muito importante, já que este é um material de trabalho fundamental para o Comitê. Refletiu que muitos dos assuntos debatidos pelo CGGP têm uma repercussão no clima da instituição, o que o legitima para que se manifeste, decida ou estude, como é o caso de vários dos assuntos tratados naquela reunião: Funções, teletrabalho e reconhecimentos de órgãos de controle. Reforçou que tudo isso repercute no ambiente de trabalho e no Clima Organizacional, e por isso a pesquisa é extremamente importante, e que os membros têm essa obrigação de enfatizar e encorajar todo o mundo a respondê-la. Recordou que o Tribunal precisa desses elementos objetivos para traçar suas estratégias em matéria de Gestão de Pessoas, motivo pelo qual gostaria de abrir a palavra sobre esse assunto, para que os membros pudessem tirar dúvidas. Comentou que a Secretária de Gestão de Pessoas tinha esclarecimentos para fazer sobre esse tema, tema este, que era, sem dúvida, o mais importante daquele mês de dezembro.

A Secretária Luciana buscou esclarecer o porquê e o objetivo dessa Pesquisa de Clima. Explicou que esta, na verdade, visa a um engajamento das pessoas, um alinhamento das políticas e práticas da Casa, e que as pessoas vissem um sentido no trabalho delas, para que elas se sentissem pertencentes, tivessem voz, se manifestassem sobre essas políticas e práticas. Destacou que o importante disso tudo era a conexão entre o que é feito pela Administração, mostrar que as providências da Administração são pautadas normalmente na Pesquisa de Clima, para que se reforçasse essa comunicação com os servidores, e eles entendessem que seu pedido, sua voz , sua percepção sobre essas políticas e práticas eram contemplados na administração. Reforçou que a questão da comunicação é muito importante, e que quem fará a gestão desse clima a partir dos resultados da pesquisa, era exatamente este Comitê, que a utilizará este material de trabalho. Informou o que temos de retorno até o momento: um total de respostas de 1.128, 161 estagiários, 11 magistrados e 956 servidores.

A Juíza Caroline opinou que este número de pessoas que responderam ainda era muito baixo, sendo que apenas 11 magistrados o fizeram, ao que a Secretária de Gestão de Pessoas complementou, afirmando que era necessário um reforço nas respostas dos magistrados. Asseverou que a pesquisa estava simples, porque foi totalmente reformulada para esse novo ciclo do Planejamento Estratégico, e que valia à pena respondê-la, porque estava mais curta, objetiva, direcionada para a transformação digital. Fez um pedido aos membros para que reforçassem sua divulgação.

A Juíza Caroline fez um pedido à Secretária Luciana, para que, finalizada a pesquisa, o CGGP tomasse conhecimento dos resultados em primeira mão, antes que estes fossem encaminhados para a Assessoria de Comunicação Social - ACS divulgar, em prestígio aos membros que estão engajados em sua divulgação, que já poderiam se preparar para o que viesse pela frente. A Secretária de Gestão de Pessoas ratificou o pedido, acrescentando que desta forma o Comitê estaria respaldado, com a equipe técnica trazendo uma apresentação dos resultados em primeira mão.

O Juiz Eduardo pediu a palavra, para sugerir que que o Tribunal deveria fazer uma divulgação mais ampla desses resultados. Informou que ele mesmo, como membro do CGGP, não sabia dessa decisão do TCU. Considerou que esta era uma falha recorrente, porque cada um ficava muito voltado para suas atividades, seja da Administração, seja no dia-a-dia judiciário propriamente dito, que acabava não permitindo até mesmo a tomar conhecimento dessas coisas, que ele considerava importantíssimas. Prosseguiu, opinando que esse prêmio do CNJ era um momento de reconhecimento do Tribunal, de um esforço que vinha sendo

feito há muitas gestões, muitos anos, em um aperfeiçoamento contínuo que alcançava resultados expressivos de um Tribunal que conquistava pela terceira vez agora um selo máximo. Acrescentou que considerava essa manifestação do TCU relevantíssima, porque, até onde sabia, a Gestão de Pessoas no Tribunal começou de uma forma mais contundente em 2008, lá atrás, quando se iniciou a discussão das lotações, do porquê de uma vara ter 5 servidores, e a outra, que era igualzinha ter 14, como acontecia até então. Recordou que esta foi uma evolução constante, e que por isso era necessária uma divulgação mais efetiva, até para que os colegas, servidores, soubessem da existência deste Comitê, que é muito representativo de todos, e dos resultados, porque este é um tribunal muito grande, em termos de número de pessoas; que às vezes quem está na ponta tem dificuldade para entender como isso tudo é gerido. Por fim, destacou que a informação de que o órgão maior de controle de contas do País dá esse reconhecimento ao Tribunal, traz o significado de que as coisas estão no caminho certo.

A Juíza Caroline concordou e sugeriu que o CGGP deliberasse nesse sentido, de divulgar esse resultado do TCU, destacando que o TJDFT superou em mais de 100% as metas que lá foram estabelecidas, com índices maravilhosos. Dessa forma solicitava que fosse encaminhado à área de comunicação, a ACS, o pedido para que fizesse uma matéria destacando esse reconhecimento do Tribunal de Contas, a ser divulgada na Intranet, a pedido do Comitê de Gestão de Pessoas, para que todos soubessem que somos excelência, inclusive porque o Tribunal de Contas daa União, em matéria de Gestão de Pessoas, é a autoridade máxima do Serviço Público. Reforçou que ninguém discutia isso, já que são eles quem analisam a validade desses atos.

A Secretária Luciana se manifestou, para dizer que recebia o comentário do Juiz Eduardo com muita felicidade, já que ele conhecia a história lá de trás, quando ocorreu a análise sobre as lotações, sobre a Resolução CNJ 219/2016 e a Resolução CNJ 240/2016. Enfatizou que isso tudo vinha sendo acompanhado pelas administrações, que davam dando suporte à área, e que agora se conseguiu realmente avançar. Considerou positivo o fato de que eles gostariam de divulgar esses resultados por meio da ACS.

A Secretária de Planejamento, Governança e Gestão Estratégica Lídia Maria Borges de Moura, pediu a palavra para informar que a SEPG monitora esses Índices de Governança, tanto o Institucional, quanto o de Gestão de Pessoas, de Tecnologia e de Aquisições, e que esses resultados já haviam sido divulgados. Comunicou que já foi feita uma matéria, mas que poderia fazê-la de novo, para disponibilizar na página de Gestão de Pessoas esse IGov de Gestão de Pessoas. Reiterou, contudo, que isto já foi feito pela SEPG, mas que infelizmente há uma comunicação em que nem sempre existem as condições de se ver tudo. Além disso, informou que os resultados também foram apresentados para a Alta Administração. Comentou que não sabia se houve apresentação no CGGP, o que foi confirmado pela Secretária de Gestão de Pessoas e pela Juíza Caroline, somente em relação aos resultados prévios, mas não esses definitivos divulgados pelo TCU. Diante disso, a Secretária Lídia informou que o respectivo PA SEI havia sido mandado ao CGGP, mas que era possível pedir, em nome do Comitê, à servidora Ádila, da ACS, para que fizesse mais algumas matérias a serem disponibilizadas, o que foi reforçado pela Juíza Caroline, especificamente no sentido de que o fossem na Intranet mesmo, com um banner chamativo, já que nem todas as pessoas entram todos os dias especificamente na página de Gestão de Pessoas.

A Secretária Luciana, então, comentou que era um grande desafio a divulgação, para as pessoas absorverem informações. Exemplificou a questão do Auxílio-Saúde, que, por mais que tenha sido divulgado, as pessoas às vezes não conseguiam digerir, ante o excesso de informações.

Por fim, a Secretária Lídia, lembrou que esse resultado do TCU também era divulgado no site Transparência, por exigência do próprio TCU, disponível também para o público externo, o que foi corroborado pela Secretária Luciana, que lembrou também sua divulgação na página do CGGP.

A Juíza Caroline, então, passou a palavra ao Juiz Carlos, que opinou que a dificuldade, especialmente quanto aos magistrados, é que muitos não têm conhecimento ou não sabem, como atestava o total de 11 magistrados que responderam à Pesquisa de Clima, o que seria agravado pelo regime de teletrabalho, com os colegas lendo menos e-mail. Comentou que ele, por conta da AMAGIS, ainda lia essas notícias, mas que seria necessário encontrar uma forma de fazer chegar aos magistrados, e aos servidores, mas especialmente aos magistrados, essas notícias. Afirmou que os magistrados não conhecem muitas das ações do Tribunal, ou a

importância de uma decisão como essa, de um posicionamento do TCU, ou do que é o Tribunal. Afirmou que considera isso um desafio mesmo, como é o caso desse resultado baixo de participação dos magistrados na Pesquisa de Clima. Mencionou o que sempre diz há muito tempo: só se conhece nosso Tribunal e seu valor, quando se começa a olhar outros tribunais. Que este é um tribunal que dá muita estrutura, muita condição de trabalho, o que deve ser cobrado mesmo, tanto por servidor quanto por magistrado, mas que isso precisa também ser mostrado, divulgado, a toda hora, para que se veja a importância dessas ações e desses projetos, para um maior engajamento, como é o caso dessa Pesquisa do Clima e outras tantas. Opinou que é necessário encontrar uma solução de comunicação, porque somente e-mail ou às vezes a página poucos acessavam, e era necessário capilarizar essas informações, para abarcar o maior número de pessoas.

Foi dada a palavra ao Juiz Jayder, que afirmou que a comunicação é uma questão sensível, à qual deveria ser dada maior atenção no período de pandemia e de teletrabalho. Lembrou que o e-mail consta no Provimento, como instrumento de comunicação oficial do Tribunal, mas reconhecia que hoje acabava por ser um meio em certo desuso. Levantou o questionamento quanto aos motivos de hoje se ter um nível de desinformação tão alto, exemplificando a questão do Auxílio-Saúde, já que muita gente sequer sabia de sua implantação na Casa. Afirmou que esta é uma questão também de as pessoas não estarem acompanhando efetivamente a vida funcional por outros canais, porque isso foi amplamente divulgado por mais de um canal de comunicação, e que, em um contexto de modernização, era necessário começar a pensar em outros canais. Mencionou o Teams, relatando que trabalhava o tempo inteiro por meio desse aplicativo, e que, para quem trabalhava com ele no Whatsapp, falava que trabalho era no grupo de Teams, para que se evitasse essa mistura do profissional com o particular, além do risco que o Whatsapp gera de perda de informação, porque qualquer um pode apagar as informações do grupo e perder toda a informação ali armazenada. Sobre o Clima Organizacional especificamente, sugeriu que, além de pensar em uma campanha que pudesse despertar mais interesse, sua percepção pessoal era a de que as pessoas se mobilizam mais para responder pesquisas e formulários, quando elas entendem de uma maneira mais clara qual é o benefício que aquilo pode efetivamente trazer. Comentou que observava que, numa percepção de quem está mais distante, fora de contextos de Governança ou participando ativamente de algum grupo, o tema do Clima Organizacional soava muito distante, não havendo motivação para aderir. Sugeriu que talvez fosse necessário pensar em uma linguagem mais direta sobre a Pesquisa de Clima, nos efeitos de responder, e não uma campanha de responder como uma obrigação, mas apresentando o reflexo que isso poderia ter aqui no Tribunal.

A Juíza Débora pediu a palavra, para dar uma sugestão acerca da comunicação para os magistrados: informou que o sistema por excelência, que os magistrados são obrigados a acessar todos os dias, instrumento primordial de trabalho, se chama PJe. Prosseguiu opinando que seria o caso de se pensar formas de se comunicar por meio do PJe, onde já existe uma página inicial, que às vezes, quando tem algum informe importante, fica aparecendo. Que talvez fosse o caso de se desenvolver um pouco melhor isso, porque não havia opção: se um juiz quiser trabalhar, precisará abrir o PJe todos os dias, talvez até mais do que ler os e-mails daquele dia. Quanto ao Teams, reforçou o que o Juiz Jayder disse: ainda existe aquele apego ao Whatsapp, por parte de vários colegas e servidores, e que deveria ser reforçado que nosso instrumento de teletrabalho agora é o Teams, que as comunicações primordialmente, de fato, como é recomendado pela Presidência, devem ser feitas por esse meio.

O Juiz Carlos reiterou a necessidade de um reforço das campanhas mencionadas, acrescentando que quase nenhum magistrado conhece o aplicativo Yammer, e que era necessário insistir, divulgar mais, para obter mais usuários, o que facilitaria a chegada de informações.

A Secretária de Gestão de Pessoas recapitulou, então as sugestões: o canal PJe, além do foco no usuário, da importância de a mensagem ter como foco o usuário. As sugestões foram resumidas pela Juíza Caroline, citando que esses esses encaminhamentos, que envolveriam a ACS, solicitados em nome do Comitê, para que haja essa linha mencionada pelo Juiz Jayder mencionou, de dizer por que é importante a Pesquisa do Clima, que não é só mais um formulário a ser preenchido, mas que seus resultados pautariam uma série de políticas dentro do Tribunal. Além disso, deu as boas vindas ao Dr. Tomaz de Aquino Vasco da Silva, da SESA, e às servidoras Aline Pereira Neves Silveira, da SEPG e Beatriz Medeiros Martins, da SEGP, assinalando também que o Juiz Fernando Brandini Barbagalo acabara de responder ao questionário, aumentando o número de

retorno da Pesquisa do Clima.

A Secretária de Planejamento, Governança e Gestão Estratégica Lídia pediu a palavra, para frisar a importância, para a Governança, do compartilhamento de informações entre os órgãos colegiados. Destacou a situação anterior, antes de haver a Governança instituída, em que não havia tantos magistrados envolvidos nos diversos temas hoje debatidos nos comitês. Comentou a importância da atuação dos comitês, que foram implantados e seguem amadurecendo e crescendo, cuja atuação deve ser ampliada, de forma que eles sejam um canal de comunicação, principalmente para motivar os magistrados a saberem do que está acontecendo. Opinou que é necessário pensar no próximo ano em criar canais entre os presidentes dos comitês, com os magistrados, em prol da sensibilização de quem está do outro lado da comunicação, e que não quer saber o que se está comunicando.

A Juíza Caroline ressaltou a importância do tema, complementando que os membros do Comitê muitas vezes atuavam como verdadeiros ouvidores do Tribunal, recebendo ligações de colegas todos os dias com manifestações de vontade, ou para saber o que a Administração está planejando para o próximo ano, nossas atividades, as novidades, o que viria pela frente, porque fazíamos uma ponte que une a família TJDFT com a Administração.

Foi dada a palavra ao Dr. Tomaz, que agradeceu ao Comitê pelo ano de convivência, puxões de orelha, orientações, impulsos, dizendo que isso tudo valeu à pena, porque parecia que estávamos no caminho certo.

A Juíza Débora pediu a palavra para solicitar o acesso à Caixa do CGGP no SEI, recebendo a resposta da servidora Beatriz, informando que a portaria com sua designação como membro do CGGP havia sido publicada naquele dia, momento a partir do qual já seria possível ao Secretariado do CGGP providenciar seu acesso ao SEI. A servidora Beatriz aproveitou o ensejo para complementar que, já estava programada a divulgação da Pesquisa de Clima com a ACS, para a segunda-feira seguinte, em que seria informado também o papel do CGGP. Explanou que a linha de divulgação que tem sido adotada, o formato que a ACS vem trabalhando, é por matéria, fazendo-se toda uma programação. Deu o exemplo desse enfoque de por que a Pesquisa de Clima é importante, informando que houve uma primeira matéria nesse sentido, ainda no início, quando se fez até um infográfico, bem visual, a fim de chamar a atenção dos servidores e magistrados. Ponderou, contudo, no mesmo sentido da Secretária Lídia, que são tantos assuntos, que uma única matéria ali, quando começa a pesquisa, segue uma programação semanal com novas matérias. Comentou que, para a próxima semana está programada a matéria que fala sobre o fato de a Gestão do Clima ser atribuição do CGGP. Informou que, assim que saísse essa matéria, ela a publicaria também no nosso canal Teams do CGGP, para que todos vissem. Afirmou que, de qualquer forma daria esse retorno à Equipe Técnica do CGGP, para ver em que se poderia aprimorar a campanha junto à ACS. Reforçou, contudo, que já é feito um trabalho com a ACS, em que lhe é encaminhada uma demanda, e eles traçam uma campanha. Mas, ante as considerações apresentadas na reunião, lhe ocorreu que, dentro dessa campanha, cada aspecto é contemplado uma única vez, e que talvez isso atinja muito pouco: poucas pessoas olhariam aquela matéria no dia, e, não as vendo, a próxima já apresentaria outro aspecto. Concluiu que levaria esse feedback à ACS, reforçando que que postaria no nosso canal a matéria que fala sobre o CGGP, cabendo aos membros darem retorno, sugestão, para um aprimoramento junto à ACS.

Dada a palavra à servidora Luana Pimenta de Andrada, gestora da Coordenadoria de Ensino à Distância e Novas Tecnologias - COEDI, esta indagou se havia expectativa de data para a primeira reunião do próximo ano. Explicou que a Escola lançaria o projeto Trilhas de Líderes, que considerava um marco importante a ser apresentado previamente ao Comitê, em que pese o projeto rascunhado lá atrás ter sido trazido ao Comitê. Afirmou que considerava importante esse momento no CGGP, antes de lançar o referido programa para o Tribunal.

A Juíza Caroline agradeceu e concordou, afirmando ser importante seguir a mesma linha do ano passado, e questionou a servidora do secretariado do CGGP Beatriz acerca do calendário de reuniões do ano que vem, no sentido de colocar a informação no Teams, para que a servidora Luana já se prepararasse. Informou que talvez no final de janeiro ou em fevereiro se pudesse fazer a primeira reunião, porque a ideia era fazer quatro reuniões por ano, e a primeira deveria ser entre janeiro e fevereiro.

Questionada pela Secretária de Gestão de Pessoas acerca da previsão do lançamento do Trilha de Líderes, a servidora Luana informou que este ocorreria ao final de fevereiro, sendo que a palestra inaugural estava marcada para o dia 15 de fevereiro.

Dessa forma, a Juíza Caroline cogitou que a reunião do Comitê poderia ocorrer no final de janeiro, ao que a servidora Beatriz complementou, afirmando que seria feito um levantamento em conjunto com a Equipe Técnica acerca da demanda que a servidora Luana trazia dentre outras, além de reiterar o espaço aberto no chat do Teams a qualquer membro do Comitê para opinar sobre as pautas dessas reuniões. Concluiu que, assim que o calendário estivesse fechado, seria feito esse levantamento junto à Equipe Técnica, assim como as demandas, para ir compondo a pauta.

A Juíza Caroline assentiu, e informou que todos os assuntos pautados para a reunião haviam sido tratados, reforçando o primeiro deles, no sentido de que os colegas que quisessem tomar assento no grupo de estudos para aprofundar o teletrabalho de magistrados, poderiam manifestar-se no chat ou na reunião, porque seriam feitas reuniões temáticas específicas para esse grupo de estudo, para quem estivesse engajado e cheio de vontade de implementar a medida. Justificou que havia um desafio grande, porque não se sabia quanto tempo esse estudo demoraria, nem se seria acolhido, mas que era importante fazer o levantamento de dados, com números e informações relevantes que pudessem pautar as futuras administrações. Sugeriu o encerramento da reunião, agradecendo a presença de todos e o apoio incondicional do Tribunal e de todos ao longo do ano, ano este, muito difícil para todo o mundo, mas em que se conseguiu manter a comunicação. Rememorou as primeiras sugestões que o servidor Bauer havia feito lá atrás sobre o teletrabalho dos servidores, que foram recepcionadas e levadas às reuniões de grupo, e que foram muito aproveitadas, asseverando que todas as sugestões levadas ao Comitê, ainda que não pudessem ter um acolhimento total, foram sempre objeto de discussão. Opinou que o mais importante nos colegiados é isso, que se possam discutir os assuntos que nos são caros, que são relevantes para a vida no Tribunal, porque afinal de contas este é o local onde se passa a maior parte do tempo. Estendeu ao Juiz Jayder, assim como a todos que fazem parte da administração, os parabéns, complementando que já tinha falado para a Secretária Luciana sobre esse reconhecimento, além das equipes da Secretária Lídia, da Corregedoria, através do Juiz Eduardo, já que todos estavam engajados na linha de frente, trabalhando incansavelmente, e recordou também, junto à Secretária Lídia, o esforço para promover duas reuniões feitas na mesma semana, a fim de obter as atas, o que deu certo.

A Secretária Lídia aquiesceu, destacando a gentileza habitual da Juíza Caroline, cuja contribuição foi sempre atenciosa e engajada. Reforçou que o importante era acreditar, que a diferença foi acreditar que era possível, que o Comitê era capaz, que o Tribunal tinha condições de alcançar, e que os diversos comitês ajudaram muito.

A Juíza Caroline encorajou a Secretária Lídia para que continuasse contando com o Comitê, na certeza de que todos ali tinham o mesmo pensamento.

A Secretária Luciana desejou um Feliz Natal e Boas Festas a todos, ressaltando a participação da Juíza Caroline, e comentou que foi muito prazeroso trabalhar com ela, que, com sua visão, fez com que a equipe se sentisse bastante acolhida.

A Juíza Caroline agradeceu a oportunidade.

A Secretária Luciana dirigiu-se a todos os membros do Comitê, para comentar que sua aproximação foi muito importante, definitiva para o êxito alcançado, mas que há muito a melhorar para o ano que vem, agradecendo ao final.

O Juiz Jayder parabenizou a Juíza Caroline, pela excelência na condução do Comitê.

A Juíza Caroline agradeceu, parabenizou a todos e desejou um bom descanso.

Nada mais havendo a registrar, o Presidente encerrou a reunião, da qual eu, Viviane Martins Pereira Cardell, lavrei a presente ata, que, por expressão da verdade, segue assinada pela Senhora Juíza Caroline Santos Lima,

Presidente do Comitê de Governança e Gestão de Pessoas - CGGP, e pelos demais membros.

Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Medeiros Martins**, **Analista Judiciário**, em 21/01/2022, às 15:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Luciana Essinger Toledo Varella**, **Técnico Judiciário**, em 01/02/2022, às 15:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Santos Lima**, **Juiz(a) Assistente**, em 02/02/2022, às 16:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Débora Cristina Santos Calaço**, **Juiz(a) Assistente**, em 02/02/2022, às 21:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Bauer Sancler Alves Vale**, **Analista Judiciário**, em 03/02/2022, às 10:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjdft.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2142914** e o código CRC **205E74CC**.